



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3232/2015

Proj. de Lei Org. Nº

Revisão

MENSAGEM Nº 04 / 2015.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Emenda a Lei Org. Nº

Data 23/02/15 Horário 10:30 h

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o incluso Projeto de Lei que *"Institui a Política Municipal de Produção e Abastecimento, estabelece o Plano Decenal de Produção e Abastecimento e dá outras providências"*.

A presente proposta, tem base legal no art. 187 da CF/88 e art. 154 da LOM no que tange a política agrícola que será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento.

O projeto de lei em comento, foi elaborado a partir de amplo e intenso trabalho de articulação com as comunidades rurais e interação com a sociedade civil em geral e segmentos organizados em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

Assim, a proposta em epígrafe tem por objetivo fomentar políticas de produção e abastecimento para o Município de Porto Velho e Distritos, além de estabelecer o Plano Decenal de produção e abastecimento, avaliação anual da produção e abastecimento de caráter quantitativo e qualitativo.

Desta forma Nobres Vereadores, em virtude das razões apresentadas, atento à importância da matéria em tratativa, razão pela qual submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências, em caráter de urgência, com fundamento no art. 66 da Lei Orgânica do Município, pelo que rogo por sua aprovação.

Porto Velho – RO, 27 de janeiro de 2015.

MAURO NAZIF RASUL  
Prefeito



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



**PROTÓCOLO Nº 02 DE 27 DE JANEIRO DE 2015.**  
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3232/2015

Proj. de Lei Comp. Nº \_\_\_\_\_

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo nº 10.80

Emenda a Lei Org. Nº \_\_\_\_\_

Data 23/02/15 Horário \_\_\_\_\_

*"Institui a Política Municipal de Produção e Abastecimento, estabelece o Plano Decenal de Produção e Abastecimento e dá outras providências".*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguintes

**LEI:**

## TÍTULO I

**Da Política Municipal de Produção e Abastecimento, seus objetivos, conceitos, princípios, diretrizes, bases e instrumentos**

### CAPÍTULO I Dos Objetivos

**Art. 1º.** A Política Municipal de Produção e Abastecimento objetiva:

I – elevar contínua e progressivamente a produção vegetal e animal de forma sustentável;

II – reduzir contínua e progressivamente as perdas de produção vegetal e animal;

III – favorecer a estabilização da atividade produtiva vegetal e animal e sua resiliência em face de variações meteorológicas, reduzindo a vulnerabilidade a intempéries.

IV – promover a segurança alimentar e a economia solidária.

V – dotar o Município de Porto Velho de um sistema de abastecimento que assegure a comercialização dos produtos vegetais e animais a preço justo.

### CAPÍTULO II Dos conceitos

**Art. 2º.** Para efeito desta Lei, adotam-se os seguintes conceitos:

I – **preço justo**: aquele que cobre custos, neste incluído a remuneração digna do trabalho decente, viabiliza investimentos e permite o consumo a todas as classes sociais;

II – **núcleo populacional**: adensamento habitacional, com ou sem urbanização.

III – **vila**: sede de um distrito;

IV – **povoado**: aglomerado populacional rural;

V – **legitimidade representativa**: efetividade da identidade entre uma entidade associativa e seus associados, assegurando-lhe a capacidade de expressar a vontade da comunidade em que se insere;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



**VI – documentação administrativa:** conjunto das anotações de dados e registros de procedimentos, impressos ou em suporte eletrônico, referentes a um ato administrativo.

### CAPÍTULO III Dos Princípios

**Art. 3º.** São princípios a serem observados na execução da Política Municipal:

I – planificação de negócios, pelo qual o empreendimento rural deve, em nível de complexidade coerente com seu porte, dispor em planilha de dados essenciais ao seu planejamento, para que possa habilitar-se a benefícios, incentivos, subsídios e fomentos públicos;

II – organicidade, pelo qual as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento devem estar em harmonia com as disposições normativas e as ações empreendidas por outras instituições públicas, nas três esferas de governo;

III – especificidade administrativa, pelo qual é defeso atribuir à Semagric ações de caráter urbanístico nos núcleos populacionais contidos em planos de expansão, ressalvadas as que lhe competem na área do abastecimento.

IV – controle de qualidade do gasto público, pelo qual é elemento imprescindível a definição clara e preferencialmente fundamentada de indicadores para aferição de resultados.

**Parágrafo único.** A observância dos princípios deve restar demonstrada na documentação administrativa das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

### CAPÍTULO IV Das Diretrizes

**Art. 4º.** São diretrizes da Política Municipal de Produção e Abastecimento:

I – coletivização de projetos, visando à redução de custos unitários, à otimização de resultados qualitativos e à obtenção de resultados quantitativos condizentes com as exigências do mercado;

II – capacitação e aprimoramento continuados, visando, na área meio, à adequação de recursos materiais e humanos para o devido suporte às ações operacionais e, na área-fim, à assimilação e utilização das inovações tecnológicas pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, bem como ao profissionalismo do produtor rural;

III – diversificação da produção, visando à subsistência da família rural e à redução da vulnerabilidade econômica em face das variações no mercado;

IV – incentivo ao estudo, pesquisa e emprego de tecnologias orientadas para o uso racional dos recursos ambientais, visando à sustentabilidade.

**Parágrafo Único.** O alinhamento das ações às diretrizes informa todo o processo de planejamento e será aferido nas Avaliações Anuais da Produção e Abastecimento.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



## CAPÍTULO V Das Bases

**Art. 5º.** São bases da Política Municipal de Produção e Abastecimento:

I – segurança alimentar das famílias rurais, garantindo-lhes condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente, contribuindo para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana;

II – qualidade na gestão de associações e cooperativas, garantindo sua legitimidade representativa e sua capacidade de cumprir com seus objetivos sociais;

III – simetria comunitária rural-urbana, garantindo extensão dos benefícios sociais urbanos à população do campo, em especial às novas gerações.

IV – policentralidade agroindustrial, garantindo a proximidade e o acesso da produção à industrialização, conforme as vocações econômicas locais.

**Parágrafo Único.** A consolidação das bases precede demais ações no planejamento e na implementação.

## CAPÍTULO VI Dos Instrumentos

**Art. 6º.** São instrumentos da Política Municipal de Produção e Abastecimento:

I – a Avaliação Anual da Produção e Abastecimento, de caráter quantitativo e qualitativo;

II – o Plano Decenal de Produção e Abastecimento;

III – o Plano de Trabalho anual da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;

IV – os convênios e parcerias de cooperação técnica, científica e financeira.

## SEÇÃO I Da Avaliação Anual da Produção

**Art. 7º.** Anualmente, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural providenciará a elaboração da Avaliação Anual da Produção e Abastecimento.

**Parágrafo Único.** Para atender ao disposto neste artigo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural utilizará recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, do Orçamento Municipal ou, ainda, de programas estaduais ou federais afins.

**Art. 8º.** Da Avaliação, estratificada por distritos e com base no Cadastro Ambiental Rural e no Cadastro Técnico Multifinalitário, deverá constar, obrigatoriamente:

I – avaliação da qualidade dos produtos animais e vegetais;

II – avaliação das quantidades produzidas e das áreas destinadas às produções;

III – descrição e análise do andamento das ações estipuladas;

IV – produção própria e *in loco* de insumos;

V – aquisição de insumos, especificando a onerosa e a não-onerosa;

VI – condições dos meios de transporte e escoamento da produção;

VII – destinação da produção;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



- VIII – avaliação da qualidade da produção agroindustrial;
- IX – avaliação das quantidades absorvidas pela agroindústria local e das quantidades por ela importadas;
- X – avaliação das quantidades colocadas no mercado interno pela agroindústria local;
- XI – avaliação das quantidades de produtos agroindustriais consumidos pela população local;
- XII – avaliação das condições das infra-estruturas de comercialização disponibilizadas pelo Poder Público, das quantidades comercializadas nelas e do público que a utiliza;
- XIII – descrição e análise da situação de todas as exigências constantes desta lei e de outras normas aplicáveis;
- V – sugestões de ações a serem contempladas no Plano de Trabalho Anual da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e na proposta orçamentária;
- VI – detalhamento da situação contábil do Fundo de Desenvolvimento Rural.

**Parágrafo Único.** A Avaliação Anual da Produção e Abastecimento será elaborada em segmentações trimestrais.

### SEÇÃO II

#### Do Plano Decenal de Produção e Abastecimento

**Art. 9º.** O Plano Decenal de Produção e Abastecimento, cuja primeira edição integra esta lei como seu anexo único, sistematizará o atendimento às demandas identificadas na Conferência Municipal de Agricultura e Abastecimento.

**§1º.** A Conferência Municipal de Agricultura e Abastecimento será convocada a cada dois anos para sugerir inserções nos Planos de Trabalho Anuais da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento visando ao melhor cumprimento do Plano Decenal de Produção e Abastecimento.

**§2º.** Os planos decenais subsequentes serão estabelecidos por lei ordinária específica a partir de anteprojeto construído com a participação da sociedade em Conferência Municipal de Agricultura e Abastecimento tempestiva e ordinariamente convocada.

### SEÇÃO III

#### Do Plano de Trabalho Anual da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Art. 10.** O Plano de Trabalho Anual da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, estabelecido por decreto, ajustará o cumprimento do Plano Decenal de Produção e Abastecimento à observância da Lei do Orçamento Anual.

### SEÇÃO IV

#### Dos convênios e parcerias de cooperação técnica, científica e financeira

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento firmará parcerias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, consignadas em termos de colaboração ou de fomento com organizações da sociedade civil e em termos de convênio com outras instituições governamentais, visando ao atendimento do interesse público.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



**Parágrafo Único.** A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento informará as associações rurais quanto aos requisitos legais para se habilitarem às parcerias.

### TÍTULO II

#### Das interfaces com outras políticas municipais

### CAPÍTULO VII

#### Comunicação Social

**Art. 12.** O Plano de Comunicação Institucional do Poder Executivo do Município de Porto Velho contemplará as peculiaridades das vilas, povoados e comunidades rurais, utilizando meios de comunicação que efetivamente atinjam essa população.

**Art. 13.** Os resultados da produção animal e vegetal serão divulgados pela administração municipal de forma que identifique os esforços das associações e comunidades rurais que concorreram para eles e valorize o homem do campo.

**Art. 14.** Os serviços municipais de Ouvidoria, ainda que de forma itinerante, se farão presentes junto às comunidades rurais.

### CAPÍTULO VIII

#### Cultura, Esporte e Lazer

**Art. 15.** O calendário municipal de eventos desportivos incluirá competições de âmbito local nas áreas rurais e as especificações de modalidades e regimentos serão construídos com a efetiva participação da comunidade local.

**Parágrafo Único.** Os eventos desportivos a que se refere este artigo terão por escopo a difusão da prática desportiva, a sua incorporação como hábito e a promoção do acesso a equipamentos públicos.

### Capítulo XI

#### Orçamento, Receita e Incentivos

**Art. 16.** Nos casos de desmembramentos de áreas do Município de Porto Velho para integrarem novos municípios, os recursos incluídos no orçamento para serem nelas aplicados serão redirecionados para áreas com a mesma vocação.

**Art. 17.** Eventuais aumentos de receita deverão ser aplicados nas áreas definidas como prioritárias no Plano de Trabalho Anual da Semagric.

**Art. 18.** Haverá diferenciação, com redução de dez a cinquenta por cento, nas taxas de alvarás para as associações rurais, obedecendo a critérios relacionados à distância entre suas sedes e a cidade ou vilas e o percentual de associados, cumprido o mínimo de cinquenta por cento do quadro social, que sejam pequenos produtores rurais.

**Art. 19.** Na concessão e na manutenção da concessão de benefícios e incentivos fiscais à implantação de agroindústrias, serão considerados os dados levantados na Avaliação Anual da Produção, bem como a diretriz da policentralidade agroindustrial.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



### TÍTULO III

#### Da execução da Política Municipal de Produção e Abastecimento e seu controle social

**Art. 20.** A execução da Política Municipal de Produção e Abastecimento primará pela transparência da gestão, mantendo permanentemente disponíveis a consulta os dados que permitam a aferição da qualidade do gasto público.

**Art. 21.** Na execução da Política Municipal de Produção e Abastecimento toda implementação será dotada de mecanismo de informação ao público diretamente atingido, visando à otimização do aproveitamento do investimento público que ela encerra.

**Art. 22.** O ordenamento cronológico das ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e o assessoramento técnico ao produtor no planejamento de suas atividades considerarão os fatores climáticos e previsões meteorológicas disponibilizados pelo Governo Federal por meio do Sistema de Proteção da Amazônia.

### TÍTULO IV

#### Das disposições finais

**Art. 23.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

**Art. 24.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO (2015-2025)

EIXO I - BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE

**Metas:** a) melhoramento da qualidade da água; b) beneficiamento (incentivo à agroindústria) próximo aos locais de produção e comercialização; c) desburocratização dos procedimentos de registro e licenciamento de minilaticínios, com a disponibilização pelo Poder Público de profissional que atue no assessoramento técnico e jurídico aos produtores, para que possam cumprir os requisitos legais e superar obstáculos procedimentais evitando deslocamentos; d) implantação em todos os distritos de um abatedouro público ou privado com certificação do SIM; e) organização da Bacia Leiteira do Município de Porto Velho, com a participação dos órgãos governamentais ligados ao setor; f) enfrentamento dos fatores climáticos para a viabilização da produção leiteira com acompanhamento das previsões meteorológicas fornecidas por órgãos oficiais; g) implantação de pequenos e minilaticínios que atendam às necessidades locais da cadeia leiteira onde houver vocação em todo o Município de Porto Velho; h) acompanhamento técnico específico na identificação para aquisição de animais para produção de leite, concentrando, sobretudo, no aspecto genético; i) instalação de abatedouro na região, certificado pelo SIM; j) implantação de unidades demonstrativas no Município de Porto Velho (modalidade do Balde Cheio); k) levantamento da viabilidade econômica e legal de exploração da atividade leiteira da produção e sua industrialização, em novas regiões, incluindo mapeamento de demanda de tanques resfriadores e outros equipamentos de acordo com cada região; l) assistência técnica especializada para elevação da produtividade e dos padrões de qualidade da produção; m) incentivo à aquisição de tanques e ao manejo rotacionado (corte e leite); n) implantação de um abatedouro público com certificação; o) garantia de eletrificação rural com ampliação do programa Luz para Todos; p) tanques conjugados com grupo gerador; q) capacitação técnica dos produtores rurais para aumento da produtividade.

EIXO II - FLORESTA PLANTADA, RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, EXTRATIVISMO, PRODUTOS AGROECOLÓGICOS, SISTEMAS AGROFLORESTAIS E SISTEMAS AGROSSILVOPASTORIS, RIBEIRINHOS, CASTANHEIROS, SERINGUEIROS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

**Metas:** a) apoio à certificação e exportação, por meio de selo com emissão agregada ao Cadastramento Ambiental Rural; b) implementação de viveiros com certificação; c) inclusão da cultura de café, açaí e cacau híbrido na produção de mudas; d) certificação dos viveiros existentes; e) implantação de banco de sementes; f) fomento para recuperação de áreas degradadas utilizando culturas de alto rendimento para o aproveitamento dessas áreas; g) implantação de um laboratório de solos; h) incentivo à produção de suínos, ovinos, caprinos e outros pequenos animais; i) viabilização da agricultura familiar nas áreas ora designadas como de extrativismo; j) desburocratização e apoio à obtenção de licença para o extrativismo; k) apoio à comercialização dos produtos, viabilizando a logística; l) capacitação técnica dos trabalhadores no extrativismo; m) orientação para o aproveitamento de oportunidades nos mercados que adquirem por melhor preço (mercado exterior); n) esclarecimento dos produtores quanto às técnicas de reflorestamento e as espécies mais viáveis; o) implantação de viveiros distritais.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



### EIXO III - AVICULTURA DE POSTURA E CORTE E PEQUENOS ANIMAIS (SUINOCULTURA, OVINOCULTURA, CAPRINOCULTURA)

**Metas:** a) planejamento de ações que contemple a cadeia produtiva em sua dimensão sistêmica, de forma que os insumos não onerem demasiadamente a produção; b) viabilização da produção de insumos dentro da própria propriedade; c) viabilização da aquisição de ração produzida na própria microrregião; d) apoio ao abate e comercialização a preço justo; e) facilitação do licenciamento ambiental das atividades de criação de pequenos animais; f) capacitação dos produtores para avicultura e demais criações de pequenos animais; g) incentivo à criação de pequenos animais (corte e leite); h) desenvolvimento de programa de incentivo à criação de pequenos animais para suprir o mercado de Porto Velho; i) melhoria genética do rebanho; j) incentivo à infra-estrutura para industrialização da produção de pequenos animais; k) planejamento de ações que contemple a cadeia produtiva em sua dimensão sistêmica; l) apoio à certificação dos produtos da agricultura familiar para aquisição pela Merenda Escolar;

### EIXO IV - GRÃOS E AGROINDÚSTRIA

**Metas:** a) adoção de critérios logísticos na localização das agroindústrias nos centros de produção; b) atendimento da demanda de armazenamento e secagem; c) aproveitamento de resíduos da produção vegetal e animal; d) fomento à aquisição de maquinário de beneficiamento da produção vegetal e animal; e) transporte, armazenamento e secagem do milho; f) acesso à industrialização e comercialização; g) maior incentivo à inserção da produção local na merenda escolar; h) incentivo à certificação e atendimento aos requisitos legais para comercialização, inclusive a aquisição pela Merenda Escolar; i) garantia da correção do solo; j) fomento ao beneficiamento; k) gestão de implementos a cargo das associações; l) harmonização das ações governamentais de aquisição de equipamentos; m) incentivo à produção de insumos próximo às unidades de produção animal; n) atração a investimentos de todos os portes; o) implantação de pólos de mandiocultura; p) incentivo à destoca e correção do solo; q) incentivo à mecanização (nivelamento de solo e ensiladeira) e implementos para o beneficiamento de grãos (milho e feijão); r) incentivo à rotação de culturas com alternância que eleve a produtividade conforme a realidade de cada solo; s) implantação de programa de poços artesianos onde haja agroindústria; t) capacitação para a produção de farinha; u) fomento à produção e à industrialização da mandiocultura, agregando valor; v) suporte técnico e administrativo que garanta seguridade econômica; w) suporte técnico para elaboração do custo de produção (formação de preço).

### EIXO V - COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA FAMÍLIA RURAL

**Metas:** a) criação pelo Poder Público de uma estrutura organizacional, própria ou conveniada, que preste assessoramento técnico às associações nas áreas meio e fim; b) fortalecimento institucional da organização associativa e cooperativa de produtores rurais; c) promoção da produtividade dos minifúndios legalmente enquadrados na agricultura familiar; d) fomento ao associativismo e cooperativismo; e) instituição de uma estrutura, própria ou conveniada, para suporte às instituições associativas nas áreas meio e fim; f) fortalecimento das estruturas associativas, por meio de capacitações; g) fomento ao fortalecimento institucional da organização associativa e cooperativa de produtores rurais;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



h) criação pelo Poder Público de uma estrutura organizacional, própria ou conveniada, que preste assessoramento técnico às associações nas áreas meio e fim; i) adoção de critérios objetivos para aferição da legitimidade de associações candidatas a convênio. j) fomento ao fortalecimento institucional da organização associativa e cooperativa de produtores rurais; k) criação pelo Poder Público de uma estrutura organizacional, própria ou conveniada, que preste assessoramento técnico às associações nas áreas meio e fim; l) adoção de critérios objetivos para aferição da legitimidade de associações candidatas a convênios; m) redução da taxa de alvará de localização e funcionamento das associações; n) valorização das associações como interlocutoras entre o Poder Público e os produtores; o) fomento ao fortalecimento institucional da organização associativa e cooperativa de produtores rurais; p) criação pelo Poder Público de uma estrutura organizacional, própria ou conveniada, que preste assessoramento técnico às associações nas áreas meio e fim; q) adoção de critérios objetivos para aferição da legitimidade de associações candidatas a convênios; r) redução da taxa de alvará de localização e funcionamento das associações; s) valorização das associações como interlocutoras entre o Poder Público e os produtores; t) fomento ao artesanato rural; u) fomento ao turismo rural (receptivo); v) fomento ao fortalecimento institucional das entidades associativas; w) adoção, pelo Poder Público Municipal de política tributária diferenciada para as associações rurais; x) criação pelo Poder Público Municipal de uma estrutura organizacional, própria ou conveniada, que preste assessoramento técnico às associações nas áreas meio e fim; y) instituição de um fundo de apoio ao associativismo; z) adoção de critérios objetivos para aferição da legitimidade das associações candidatas a parcerias e convênios e inserção das associações como intervenientes nas ações do Poder Público em benefício dos produtores.

### EIXO VI - PESCA E AQUICULTURA

**Metas:** a) incentivo a projetos de produção compatíveis com os recursos hídricos locais, como a produção de peixes de até oito meses; b) aproveitamento do potencial hidrológico com a implantação de tanques-rede e tanque-lona para suprir o período do defeso; c) planejamento sistêmico do fomento à aquicultura; d) apoio aos produtores para obtenção do licenciamento da atividade; e) assistência especializada, em todas as etapas (projeto, produção e comercialização) e capacitação técnica do produtor; f) implantação de fábrica de gelo nas localidades com atividade pesqueira, visando à redução dos custos; g) inclusão de um ponto de compra local no projeto do CEASA; h) implantação de estrutura de armazenamento; i) fomento ao beneficiamento de peixes de menor valor; j) priorização da industrialização de espécies descartadas em face do baixo valor in natura; k) implantação de pólo de piscicultura (parque aquícola); l) instituição de um selo de qualidade, tendo como parâmetro o CAR; m) definição de uma política pública de sanidade animal para a piscicultura; n) implantação de estrutura de armazenamento e industrialização; o) coletivização dos projetos; p) apoio à escavação de tanques nas pequenas propriedades; q) industrialização da produção para conquista de mercado; r) fomento à inserção na produção aquícola; s) implantação de laboratório de água; t) fomento à produção com vistas também à subsistência; u) resgate da fauna aquática por meio de campanhas incidentais de salvamento de espécimes ameaçados pela redução do nível da água nos bolsões à margem dos rios, nos igapós e em outras situações de represamento; v) distribuição de ração subsidiada aos aquícultores no primeiro ano de atividade; w) ampliação da patrulha mecanizada para construção de tanques.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



### EIXO VII - ABASTECIMENTO, TRANSPORTE DA PRODUÇÃO E MOBILIDADE RURAL

**Metas:** a) especialmente nas localidades distantes da sede do município, o transporte da produção tenha a sua gestão facilitada por meio de parcerias com as associações locais; b) melhoramento da malha viária terrestre e fluvial; c) disponibilização de equipamento rodoviário; d) construção de uma feira popular com estrutura para armazenamento/venda da produção; e) inclusão de posto de compras local no projeto do Ceasa de Porto Velho; f) balsa para transporte de maquinário; g) Inclusão dos produtos resfriados e perecíveis no transporte fluvial; h) Presença permanente de maquinário de pequeno porte, para utilização periódica, gerenciado pelas organizações associativas locais; i) Verificação periódica da malha terrestre e fluvial; j) segurança alimentar da família rural como base da política de produção; k) adequação da modalidade de transporte ao produto a ser transportado; l) implantação da feira do produtor em Jaci Paraná e em Nova Mutum, em local definitivo; m) acesso dentro da propriedade rural; n) manutenção da malha e abertura de vias para escoamento da produção; o) inclusão do transporte da produção local para a feira do produtor e disponibilização de boxes para as associações; p) instituição de uma política de preços que garanta a segurança econômica da família rural; q) pavimentação das estradas vicinais e construção de pontes de concreto; r) ampliação das frotas para transporte fluvial e terrestre da produção; s) armazenamento da produção e transporte sem deterioração.

### EIXO VIII – APICULTURA

**Metas:** a) implantação da Casa do Mel, com a realização de cursos e apoio à certificação; b) monitoramento permanente da ocorrência de espécies silvestres favorecedoras da apicultura para orientação aos produtores; c) estímulo à produção e apoio à superação de obstáculos na certificação e comercialização; d) desenvolvimento tecnológico para ampliação da povoação; e) inserção dos produtos apícolas na merenda escolar.

### EIXO IX – HORTIFRUTICULTURA

**Metas:** a) melhoramento da estrutura da feira, evitando a exposição ao sol e chuva; b) transporte sem deterioração; c) fomento à produção de banana para diversificação da produção; d) fomento à produção de frutas com vistas ao mercado consumidor de Porto Velho; e) apoio ao pequeno produtor; f) fomento à aquaponia para melhoramento da qualidade da água utilizada na piscicultura; g) fomento à horticultura e fruticultura, por meio da propiciação de condições hídricas (poços artesianos); h) implantação de pólos de fruticultura onde houver aptidão; i) implantação de uma unidade de produção de mudas de cacau clonal; j) produção de mudas enxertadas; k) implantação de uma unidade demonstrativa de tomate, pelo sistema de estufa e canteiro; l) implantação de uma unidade demonstrativa de pimentão; m) implantação de uma unidade de hidroponia tradicional e orgânica; n) implantação de um pólo hortifruti com ciclo curto (90 dias) e também culturas semiperenes, com acompanhamento técnico da Semagric e Emater; o) apoio ao pequeno produtor.

### EIXO X - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Metas:** a) pactuação interinstitucional para aceleração do processo de regularização fundiária; b) priorização da regularização fundiária na pauta governamental do Município de Porto Velho; c) aceleração do processo de regularização fundiária rural e urbana dos distritos; d) revisão dos títulos existentes; e) designação da Semagric como órgão com a atribuição de representar a Administração Municipal nas ações de regularização fundiária





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



pactuadas com as demais esferas de governo; f) tratamento diferenciado às áreas destinadas a equipamentos públicos, especialmente escolas; g) inclusão da localidade no Plano Diretor de Porto Velho; h) desmembramento das áreas rurais para criação de área urbana para implantação das sedes dos distritos.

### EIXO XI - HABITAÇÃO RURAL

**Metas:** a) inclusão da moradia urbana nas sedes dos distritos e área rural na política habitacional do Município; b) superação do isolamento geográfico das localidades distantes da sede do Município; c) extensão à área rural das ações educacionais, culturais e de lazer empreendidas pelo Poder Público Municipal.

### EIXO XII - SANEAMENTO RURAL

**Metas:** a) parceria com a Caerd para desenvolvimento de programa de fossas assépticas e monitoramento permanente da água consumida pelas famílias e agroindústrias.

### EIXO XIII - EDUCAÇÃO RURAL

**Metas:** a) conciliação dos conteúdos educacionais com as especificidades do meio rural; b) segurança no transporte de estudantes; c) promoção da atratividade, a estudantes e trabalhadores da educação, das escolas rurais; d) planejamento participativo para criação de EFAs.

### EIXO XIV - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL

**Metas:** a) inovação tecnológica; b) aumento do efetivo de pessoal técnico no Município de Porto Velho.

### EIXO XV – CAFEICULTURA

**Metas:** a) controle e promoção da qualidade; b) diversificação das opções de beneficiamento e venda da produção; c) fortalecimento das associações e cooperativas com vistas à melhoria da qualidade e genética do café; d) inclusão da divulgação da produção de qualidade, especificando quantidades e sugerindo a formação de lotes, dirigida às torrefadoras e demais empreendedores do setor, na Política Municipal de Comunicação Social, fomentando a formação de uma Bolsa de Café; e) incentivar a cafeicultura em sistemas agroflorestais (SAFs); f) implantação de unidades de produção de mudas de café clonal, de imediato, em regiões com vocação; g) acesso à industrialização; h) incentivo à certificação; i) implantação de uma unidade de produção e distribuição de mudas de café clonal e de açaí para cultura consorciada; j) implantação de programa de perfuração de poços artesianos para irrigação; k) facilitação do acesso ao beneficiamento da produção.

### EIXO XVI - NOVAS CULTURAS

**Metas:** a) fomento à organização da produção de plantas ornamentais e medicinais; b) fomento a novas culturas de alto rendimento (inhame, batata-doce e outros); c) apoio ao comércio exterior; d) mecanização, correção do solo e controle de cupim; e) incentivo à destoca e gradagem.